

EXPANSÃO DO CAPITAL E MIMETISMO CULTURAL: UMA VISÃO HISTÓRICA DA REPRODUÇÃO DOS PADRÕES DE CONSUMO CENTRO-PERIFERIA

Erika Herkenhoff, erikaherk@hotmail.com ¹

Lafaiete dos Santos Neves, lafaiete.neves@gmail.com ²

Antoninho Caron, acorn@brturbo.com.br ³

FAE Centro Universitário

RESUMO

O mito do progresso que norteou a modernidade gerou, nos países subdesenvolvidos, um tipo de modernização marcado pelas inovações no consumo da elite local, sem o correspondente desenvolvimento na esfera produtiva ou na distribuição de renda. Pelo contrário, a iniciativa cepalina de desenvolvimento calcada na indústria substitutiva acabou por acentuar a concentração de riqueza, além de propiciar a adoção de padrões de consumo imitados de sociedades com níveis de riqueza muito superiores às encontradas nas economias periféricas. A frágil estrutura social montada no subdesenvolvimento se mostrou ambiente propício para o mimetismo cultural, um fenômeno que aliena da identidade e da realidade, mas que é a própria razão de ser da atividade econômica e do processo civilizatório. Não se constitui, portanto, em fato isolado, devendo ser analisado historicamente para sua melhor compreensão.

Palavras-chave: mimetismo cultural, consumo, centro-periferia

ABSTRACT

The myth of the progress that orientated the modernity generated in the underdeveloped countries a modernization type marked by the innovations in the consumption of the local

¹Publicitária pela UFPR, MBA em Marketing pela FGV e Mestranda em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário.

²Historiador pela UFPR, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná; Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário.

³Administrador de Empresas pela FAE, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, Doutor em Engenharia da Produção pela UFSC, Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário.

elite without the correspondent development in the productive sphere or in the distribution of income. On the contrary, the Cepal initiative of development stepped on the substitutive industry ended for accentuating the wealth concentration, besides propitiating the adoption of consumption patterns taken from societies with superior wealth levels than to the ones found in the peripheral economies. The fragile social structure mounted on underdevelopment, favored an atmosphere for the cultural mimicry, a phenomenon that alienates of the identity and of the reality, but that is the only reason for the economic activity and the civilizing process. It should not be considered, therefore, as an isolated fact, it should be analyzed historically for its better understanding.

Key-words: cultural mimicry, consumption, center-periphery

Introdução

Segundo a análise de autores ligados à Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – tais como: Maria da Conceição Tavares, Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Celso Furtado, enquanto alguns países tiraram proveito da industrialização inicial no sistema capitalista, a dinâmica de poder no conjunto da economia mundial, pela divisão internacional do trabalho, relegou a outros um papel dependente e periférico. Na tentativa de superar o modelo primário-exportador latino americano, a Cepal propõe, então, um novo modelo de desenvolvimento econômico alicerçado no setor industrial substitutivo.

Ao remeter à análise clássica do subdesenvolvimento iluminada pelos autores cepalinos, CARLEIAL (2010) explica a gênese dessa base conceitual:

O ponto de partida teórico da contribuição é o questionamento da teoria das vantagens comparativas, ricardiana, sua negação e a proposição de que os países do continente latino-americano precisavam instituir um período de substituição de importações que internalizasse, no país, a indústria e alterasse a correlação de forças entre desenvolvidos – que exportavam máquinas e equipamentos – em troca dos produtos primários dos subdesenvolvidos. (CARLEIAL, 2010, p. 130)

Embora caiba a explanação sobre as condições em que o PSI foi elaborado, na releitura deste momento desenvolvimentista não se intenciona apregoar virtudes, falhas ou quaisquer posteriores revisões na proposta cepalina. A análise aqui exposta é de cunho histórico, a fim de trazer outras questões, além da tendência permanente de redistribuição e reconcentração de

renda decorrentes do modelo de substituição de importações - abordagem amplamente explorada por economistas, sociólogos e outros teóricos. Tendo como base a corrente de pensamento cepalina sobre o modelo de desenvolvimento adotado na América Latina no período que vai da Segunda Guerra Mundial até a década de 70, pretende-se revisitar o “Processo de Substituição de Importações (PSI)” e suas associações com o modelo de consumo periférico.

Porém, mais do que as implicações do Plano de Substituição de Importações na economia latino-americana da época, a questão central nesse artigo é observar que, de fato, o acesso das grandes massas da população dos países subdesenvolvidos ao padrão de consumo das economias desenvolvidas e à homogeneidade na distribuição de renda não ocorreu. No entanto, observa-se que esta não é uma particularidade ou propriedade da formulação do modelo de substituição de importações, uma vez que até os dias de hoje o quadro permanece praticamente inalterado. Celso Furtado reafirma isso continuamente, a exemplo de citações datadas dos anos 80, quando o autor expõe sua visão sobre o “mau desenvolvimento” brasileiro e suas raízes:

Por muitos anos temos insistido sobre o fato de que a adoção indiscriminada, entre nós, de padrões de consumo de países de renda muito mais altos, conduz inexoravelmente à heterogeneidade social. Uns poucos terão muito e muitos terão pouco. Tudo se passa como se a composição da oferta comandasse a distribuição da renda e a alocação final de recursos. (...) Pode-se, portanto, afirmar que o modelo de crescimento seguido em nosso País é estruturalmente concentrador de renda e desarticulador da sociedade. (FURTADO, 1984, p. 10)

Ademais, para facilitar a compreensão de que a tendência de imitação do modelo centro-periferia é histórica e independe da questão geográfica, o presente artigo divide-se em três tópicos principais:

Primeiro, ao examinar os acontecimentos cronologicamente, surgirão significados e consequências das relações do homem com o consumo, que remontam da reorganização da sociedade na transição entre capitalismo mercantil e industrializado.

Segundo, na abordagem à questão da ampliação de mercado (e da busca por novos consumidores) como característica expansionista natural do capitalismo, as teorias cepalinas, do desenvolvimento e subdesenvolvimento apoiarão o raciocínio sobre as implicações da relação centro-periferia e, também, a respeito do consumo e da mercantilização da cultura como formas de manutenção ideológica da sociedade capitalista.

Por fim, chega-se à questão do “consumo periférico” pelas ideias sobre o mimetismo cultural de Celso Furtado, que adjetivou como mítica a universalização do desenvolvimento econômico praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial. Furtado nos proporciona explicações que permitem concluir o quanto é contínua a reprodução de modelos, sejam de produção, consumo ou cultura, por ser este comportamento derivado de um processo histórico.

Como conclusão, busca-se o entendimento de que a tendência à exacerbação de um estilo de vida globalizado, propagado pelos meios de comunicação, com auxílio do irrefreável avanço da tecnologia, não é uma novidade. A “identidade mundial” nada mais é do que o padrão de cultura e desenvolvimento central se expandindo, ganhando novos mercados, conquistando fronteiras que não são apenas físicas. Eis novamente o meio propício ao mimetismo, sem sequer necessitar de troca de ambiente.

A história do consumo

Ao se buscar as raízes da sociedade do consumo, fatalmente será preciso remeter ao industrialismo. Apesar de GUNDER-FRANK (1973) falar em acumulação do capital, como força motriz da história – do sistema-mundo – com um longo passado das relações centro-periferia, de alternâncias periódicas entre hegemonias regionais e sucessão de rivalidades, como acontecimentos de muito antes dos últimos cinco séculos, o consumo, tal como conhecemos hoje, está situado, para diversos autores, como um princípio estruturante e organizador da sociedade, da produção para o consumo.

Por outro lado, a diferença elementar - e que faz a passagem histórica - é a primazia da produção. Para BAUMAN (1999) esta época marca a sociedade moderna na sua fase fundadora ou industrial. A “sociedade dos produtores” moldava seus membros para produzir e os engajava pelo dever de desempenhar esse papel.⁴

Mesmo assim, já se notava a natureza emocional da compra desde os primórdios da indústria manufatureira. Ao se avaliar a especificidade da mercadoria consumida, é possível encontrar bens de luxo para a época, tais como sedas, roupas de moda e brinquedos, assim como itens voltados à prática de esportes, da dança e literatura. As formas de abastecimento e

⁴ De certa forma, a mudança da primazia é o que inverte a lógica e faz do consumo um “dever”, um papel a ser desempenhado como exercício de cidadania, antes mesmo de ser um direito ou prazer.

a procura do consumidor decidiram os rumos da Revolução Industrial e formaram a classe consumidora, como explicou CAMPBELL (2002).

Se o estilo de vida burguês e proletário fez seu alicerce no trabalho, na sociedade pós-industrial, já no Século XX, lazer e consumo são símbolos de identidade cultural e o nível de consumo torna-se responsável pela inserção ou exclusão do indivíduo na sociedade contemporânea, na qual ser é igual a ter. O supérfluo ganha contornos de status e reconhecimento social, espaço que nunca mais deixou de ocupar nas mentes mundanas.

Ainda em uma relação muito próxima entre produção e consumo, o fordismo aparece como modelo de sucesso incontestável por suas características funcionais e dirigidas pela demanda. HARVEY (1992) cita os “elementos e relações invariantes do modo de produção capitalista”, identificados por Marx, para qualquer definição de modo de produção, como estruturantes do fordismo, tal qual ainda passível ser observado na indústria atual: orientado para o crescimento, baseado na exploração do trabalho, tecnológico e organizacionalmente dinâmico.

Ao citar Marx nesse contexto, RETONDAR (2007) menciona o primeiro capítulo de O Capital, no qual, segundo esse autor,

Marx destaca o conteúdo social da ‘mercadoria’, a relação entre consumo e produção se apresenta, privilegiadamente, como uma relação de dependência mútua, onde o desenvolvimento do consumo se encontra dependente do desenvolvimento e expansão da produção. Nesse caso, o aumento do consumo estaria estreitamente relacionado ao aumento da produção, mesmo que o acesso aos bens da produção seja obstruído de forma constante pelo processo intrínseco de exclusão da grande massa trabalhadora através da racionalização crescente da exploração social capitalista. (RETONDAR, 2007, p. 27)

Pela interpretação de RETONDAR (2007) e inúmeros outros autores, a análise de Marx sobre o capitalismo se mostra permeada pelas questões do trabalho e produção. O consumo está profundamente conectado a essas atividades - e isso não se dá apenas no sentido econômico e político, mas na sua relação com o ser humano. O mundo material criado de acordo com a imagem do homem, e que reflete o caráter único das suas necessidades, é, para Marx, um mundo manifestado no produto do trabalho e no qual o processo de usar/empregar este produto, o consumo, é tão somente a realização do trabalho da produção. O consumo, como manifestação do produto do trabalho, resume o caráter verdadeiro do ser humano, aparta-o do mundo natural e o liberta. O capitalismo faz romper essa relação estreita entre trabalho e consumo quando o trabalhador deixa de estar engajado na produção do que vai

satisfazer suas próprias necessidades. Ao vender sua força de trabalho por salário, o propósito de criar produtos que sirvam às necessidades do trabalhador não mais existe, e o consumo de uns se dará com a finalidade de obtenção de lucro por outrem. Nessas condições, o consumo se torna alienado. O produto não está mais conectado ao trabalho na composição ontológica do homem e a mercadoria deixa de representar uma dimensão essencial do ser humano, o que é resumido no conceito de “fetichismo” por Marx.⁵

Ao encobrir as características sociais e do próprio trabalho do homem, a mercadoria banaliza os benefícios do consumo, que também ganha caráter de alienação, já que o homem assume uma postura contemplativa diante do processo de produção e do próprio sistema de consumo – quem vende não participa da produção e quem produz não reconhece na mercadoria a expressão da sua essência.

Ao alocar o consumo no campo da produção e trazer os aspectos da mercadoria que “esconde” a essência exploradora do capitalismo, Marx constrói uma base para a análise da Teoria Crítica, não exatamente por semelhança, mas pela complementaridade. O confronto entre a Escola de Frankfurt e a teoria marxista é rico e se revela um importante encadeamento no estudo da história do consumo. Para HORKHEIMER; ADORNO (1985), entre outros pensadores, o consumo massificado é definido como forma de propaganda e manutenção ideológica da sociedade capitalista. No centro da discussão são incluídos os meios de comunicação e a indústria de lazer – o cinema, o rádio e a TV – agindo como instrumentos de controle social.

Para a Escola de Frankfurt a expansão da produção em massa no século XX “mercantilizou a cultura”. Ainda segundo essa escola, a mercadoria não tem autenticidade e visa à satisfação de necessidades artificiais geradas por estratégias de marketing e publicidade, acentuando assim a dominação ideológica. O cidadão, ao “se transformar” em consumidor, adquire papel passivo – quando não de vítima – manipulado para servir aos interesses das indústrias e gerar grandes lucros.

No sentido contrário ao dos pensamentos citados até aqui surgem os neoclássicos e suas teorias sobre a “soberania do consumidor”. Nada sobra do retrato de submissão e passividade social do consumidor ou da representação da cultura mercantilizada descrita pelos frankfurtianos, exceto pela inclusão das indústrias de lazer, as artes e os esportes no bojo da

⁵ O tema do fetichismo se desvela como um poderoso conceito no Século XX quando usado na análise do papel da mercadoria no contexto do consumo. RETONDAR (2007, p.28), comenta que “A questão do fetichismo da mercadoria [...] que serviria de base para a compreensão do processo moderno de mercantilização da sociedade, entre estes o desenvolvimento da esfera do consumo, aparece como um salto importante sobre a questão produção x consumo no pensamento de Marx”.

definição do consumo, ou seja, como mercadorias a serem consumidas. A teoria neoclássica parte do pressuposto que o consumo não é imposto e que o consumidor não só é livre, mas manifesta sua liberdade por meio de suas escolhas de compra. Como indivíduo racional, o consumidor busca maximizar sua satisfação na opção pela oferta de bens (e seus atributos) contra seus preços.

Resumidamente, o homem emancipado pela revolução burguesa é revelado por Marx na sua forma alienada e apartada da produção, como vítima de dominação ideológica pela Escola de Frankfurt e, na visão neoclássica, na pele de agente econômico no livre e soberano exercício da sua escolha.

RETONDAR (2007), ao fazer sua análise sobre a “sociedade de consumo”, coloca-a “não mais como resultado final de um processo, por exemplo, como resposta ao industrialismo, ou incidentalmente como resultado do desenvolvimento econômico”. A nova ordem instalada é de um código social com valores, comportamentos e hábitos que vão manifestar continuamente novas necessidades a serem atendidas. Essas demandas não se caracterizam apenas na forma de produtos, mas devem ser moldadas para demonstrar diferenciação social. RETONDAR (2007) explica que essa nova sociedade erigida na Europa no século XVIII, alcança o outro lado do Atlântico com maior vigor a partir da metade do século XIX. Segundo ele,

A expansão do consumismo na Europa e América a partir de 1850 irá trazer consigo uma nova conformação na estrutura da sociedade de consumo moderna, uma ruptura que irá se acentuar durante todo o desenvolvimento do século XX, quando o consumo irá se espalhar para grandes segmentos sociais atrelado ao desenvolvimento dos sistemas de comunicação social, ao alargamento das classes sociais intermediárias do capitalismo contemporâneo e às transformações técnicas ocorridas na esfera da produção, esta última responsável pela formação de um mercado de bens de consumo efetivamente massificado. (RETONDAR, 2007, p. 45)

O raciocínio encerra o ciclo histórico do consumo moderno, uma vez que prevalece até a atualidade a necessidade produtiva massificada, numa dinâmica que mantém a representação da existência de um consumidor “livre”, que reafirma sua posição social com ato de comprar ⁶.

⁶ Entenda-se o ato de comprar como um conjunto não só de que, mas onde e com quais recursos se dará. BAUDRILLARD (1991) argumenta que o consumo como ato adquiriu inúmeras representações e que estas acabam por determinar a posição dos indivíduos em grupos, segmentos e classes no sistema de estratificação social das sociedades capitalistas, o que permanece vigente na organização social até os dias de hoje.

O plano de substituição de importações e o padrão de consumo mimético

Assim como a burguesia ascendente do Século XIX “comprava” sua imagem à semelhança da nobreza (com seus símbolos, valores, hábitos e costumes), o desejo pelo padrão de consumo desenvolvido permaneceu latente na sociedade periférica. Sob o manto da natureza do sistema, a expansão do capitalismo deveria significar acesso às mercadorias e ao padrão de vida central, em um novo fluxo de mimetismo cultural.

Não poderia ser diferente no Brasil. País desprovido de acumulação capitalista e com uma força de trabalho que só foi liberada do campo com a sua mecanização em meados do século XX, a transição de economia agrário-exportadora para economia industrial-urbana diversificada (de a acumulação primitiva), foi um fenômeno que só ocorreu nos anos 30 desse século e no período das grandes guerras mundiais, fases em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior. No Brasil, este período ficou conhecido pela introdução do modelo de desenvolvimento econômico orientado pelas teorias cepalinas.

A preocupação em analisar a raiz dos problemas que envolvem uma sociedade, o instrumental neoclássico matematizado aplicado às ideias sociais contidas na teoria marxista, além da tese que desajustes econômicos como inflação, endividamento, etc., são provocados por problemas estruturais, constituiu o modelo de análise da Cepal. O crescimento, em ritmo diferente, dos diversos setores econômicos, a má distribuição de renda, as disparidades regionais, a deficiente alocação das terras, o baixo nível educacional, dentre outros objetivos de análises e propostas para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, são algumas das propostas estruturalistas cepalinas que evidenciam a abrangência de sua investigação.

Foi procurando repetir, nos países subdesenvolvidos, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos, adequando-o às restrições do comércio exterior, que a Cepal concebeu o Processo de Substituição de Importações (PSI) como modelo desenvolvimentista. Vários autores brasileiros estiveram envolvidos na discussão da matéria e, a despeito da seriedade do plano e da legítima preocupação com resultados de médio e longo prazo, muitos foram os desafios encontrados na sequência de sua implantação ⁷, o que será explanado a seguir.

⁷ Não cabe, aqui, explorar estes desafios na sua totalidade, já que o intuito é abordar como o caráter concentrador de renda decorrente da implantação do modelo das substituições de importações favorece o mimetismo cultural. Nesse sentido, torna-se mais importante a análise do pensamento geral dos autores indicados na parte introdutória deste artigo.

Basicamente, o modelo referido pode ser entendido a partir do aumento da produção industrial de bens de consumo: ao se iniciar o processo de substituição de importações, seria verificado um aumento correspondente da demanda de bens intermediários e de máquinas e equipamentos em geral. Existindo restrição à capacidade de importar, os preços dos insumos industriais tenderiam a subir e abrir novas oportunidades de investimentos. Estes, por sua vez, pressionariam ainda mais a capacidade de importar, criando novas tensões estruturais, fazendo com que o processo avançasse. Conforme se desenvolvesse a produção industrial, seria criado um fluxo de renda adicional que ampliaria o setor interno.

Para PREBISCH (1949), em seus primeiros raciocínios sobre o tema, não haveria incompatibilidade na industrialização da América Latina ser realizada por meio do desenvolvimento eficaz da produção primária como forma de acesso aos bens de capital. Do texto que remonta de suas primeiras manifestações como membro da Cepal:

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se disponha dos melhores equipamentos em termos de máquinas e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática. (...) Necessitamos de uma importação considerável de bens de capital e também precisamos exportar produtos primários para conseguí-la. (PREBISCH, 1949/2000, p. 73) ⁸

Segundo PREBISCH (1949) a distribuição do progresso técnico era heterogênea pelo processo histórico de expansão do capitalismo. Ele afirma em seu texto que, desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários se deterioravam em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros e que, por não terem sido repassados os aumentos de produtividade na baixa dos preços, o progresso técnico se concentrava nos centros. Esta deterioração ocorria pelo movimento cíclico da economia: na fase descendente, a queda nos preços dos produtos primários era maior do que a sua elevação; na fase ascendente, os preços dos produtos manufaturados produzidos nos centros resistiam à queda. A rigidez dos preços manufaturados e a flexibilidade dos preços primários tinham como razão de ser o maior poder

⁸ Os textos de autores cepalinos foram mantidos com a data de sua primeira publicação a fim de dar certa linearidade ao raciocínio e para permanecerem encadeados em seu contexto histórico, e também, quando for o caso, constará a data da publicação dos volumes “Cinquenta anos de pensamento na Cepal”, de onde foram extraídos alguns dos conteúdos para o presente artigo, com as respectivas páginas em que se encontram as citações.

sindical dos trabalhadores dos centros, que elevavam os salários na fase ascendente e mantinha-os na fase descendente.

O setor produtivo se modificava com uma industrialização baseada em sucessivas ondas de implantação de elos, cada vez mais apoiados numa cadeia produtiva. Desta forma, o dualismo da economia não era superado, pois a base exportadora permanecia frágil. De fonte de dinamismo, passava a desempenhar o papel de restrição ao crescimento, uma vez que, mesmo para realizar a substituição de importações, era necessário dar continuidade à importação dos bens intermediários e de capital, imprescindíveis para implementar e ampliar novas fábricas e linhas de produção. No processo, ocorria uma modificação da pauta de importações - relativamente menos bens de consumo e mais insumos e equipamentos. Tal mudança era obtida não apenas pela via do mercado, mas, também, por inúmeros mecanismos de compressão das importações menos essenciais.

PREBISH (1949) apontou a deterioração dos termos de intercâmbio e do próprio processo de industrialização (que necessitava de importações) como motivos hábeis a levar os países periféricos a desequilíbrios em seus balanços de pagamentos. Para atacar o desequilíbrio externo, que para este autor se devia, principalmente, ao coeficiente de importações dos Estados Unidos, o caminho seria a industrialização da América Latina e o processo de substituição de importações, conforme descrição do autor:

A redução da cota de importações no centro cíclico principal acentua a tendência à acumulação de ouro, resultante da contração da renda. Ali, com efeito, as importações caem com intensidade ainda maior que no resto do mundo e o desequilíbrio da balança torna-se ainda mais adverso para este último. Para que a balança se nivelasse, seria preciso, não apenas, como no caso anterior, que as receitas do resto do mundo teria que cair abaixo da do centro cíclico principal, com força tanto maior quanto mais houvessem caído as quotas de importações e outras parcelas passivas. (PREBISCH, 1949/2000, p. 97)

PREBISH (1949) já antecipava que o modelo de industrialização tinha algumas limitações: a pequena escala de produção e a baixa poupança interna para inversões. Por isso, apontava como medida para evitar ou diminuir o desequilíbrio do balanço de pagamentos o desestímulo às importações por meio do controle do câmbio e outras medidas seletivas.

A pequena escala das indústrias latino-americanas deveria ser contornada com a criação de um mercado comum e o desemprego estrutural, ou tecnológico, também foi fonte da preocupação de PREBISCH. Se as exportações já não eram suficientes para absorver o crescimento da população ativa e a desocupação resultante do progresso técnico

(principalmente na agricultura), cabia à industrialização esta tarefa. A introdução de novas técnicas que aumentavam a produtividade e, conseqüentemente, eliminavam mão-de-obra, deveriam ser implantadas à medida que houvesse capital disponível para absorver esta população em outras atividades. Segundo este autor, “Se, para tornar a levar o emprego e a renda ao máximo, se adotasse uma política de expansão semelhante à preconizada nos grandes centros, aumentariam imediatamente as importações” (PREBISCH, 1949/2000, p.97).

A industrialização exigia novas importações de bens de capital e insumos que, para se viabilizarem, necessitava de exportações. Porém, devido à baixa capacidade para importar da periferia, a composição das importações deveria ser modificada, gradativamente, substituindo as importações supérfluas pelas essenciais ao desenvolvimento. A favor de que cada país comprasse e vendesse nos melhores mercados, mas não ao controle de câmbio e o comércio discriminatório, PREBISCH (1949) defendia algumas medidas protecionistas. A cooperação internacional, tanto financeira como técnica, também foi abordada como fator importante na inserção da periferia no sistema econômico a fim de imprimir mais força e regularidade ao crescimento econômico da periferia.

Enquanto PREBISCH (1949) questionava a validade da divisão internacional do trabalho, segundo a qual o progresso técnico dos centros se distribuiria para a periferia por meio da baixa nos preços dos produtos manufaturados em razão do aumento de sua produtividade, TAVARES (1964) justificava a elaboração do PSI pela via da distribuição de renda.

Segundo a visão desta autora, a heterogeneidade fazia com que poucas pessoas tivessem acesso ao consumo, os mercados eram relativamente pequenos e as novas indústrias já nasciam concentradas. A tecnologia utilizada, importada das economias mais desenvolvidas, exigia grandes escalas, o que impingia problemas pelo lado do financiamento e não se adequava aos recursos internos - abundante mão-de-obra, mas pouco qualificada, e capital escasso. Para TAVARES (1964), o processo avançava como resposta às sucessivas barreiras que se colocavam às importações. Todavia, a superação desses obstáculos se tornava cada vez mais difícil e as razões eram variadas: tecnologia, dimensão e estrutura do mercado interno, que tinha limitações para comportar grandes escalas, dificuldade para prosseguir modificando a pauta de importações, num processo contínuo de exigência por bens de capital, necessários à produção dos substitutos das importações anteriores.

O Brasil, pelo seu tamanho, foi um dos poucos a conseguir avançar até a implantação de partes de um setor de bens de produção, conforme relata TAVARES (1964):

Para alguns poucos países, no entanto, como, por exemplo, o Brasil, houve realmente o aproveitamento dessa situação relativamente favorável do setor externo para expandir o processo de industrialização. Assim, "o processo de substituição" avançou consideravelmente, entrando nas faixas de bens de consumo duráveis e continuando em algumas faixas de produtos intermediários e bens de capital. (...) Praticamente só o México e o Brasil puderam continuar a sua expansão industrial em ritmo considerável, O Brasil conseguiu mesmo acelerar a sua taxa de crescimento (...), mas não pôde fazê-lo, no entanto, sem aumentar consideravelmente o desequilíbrio do seu balanço de pagamentos. (TAVARES, 1964/2000, p. 227)

Mesmo diante de algum progresso no desenvolvimento brasileiro, TAVARES (1964) observou que, caso as altas taxas de formação de capital e a composição dos investimentos necessários para uma rápida diversificação e integração do aparelho produtivo não se concretizassem, as limitações do setor externo permaneceriam acentuadas e, como consequência, o processo resultante desse modelo de desenvolvimento poderia ainda ser mais concentrador de renda. De seu texto,

As altas taxas de formação de capital e a composição de investimentos necessária a uma rápida diversificação e integração do aparelho produtivo exigem que as limitações do setor externo sejam no máximo relativas, isto é, que haja certa expansão das importações, embora a uma taxa inferior à do crescimento do produto. Isso pode ser obtido através de um aumento do poder de compra das exportações e/ou à entrada autônoma ou compensatória de capital estrangeiro. (TAVARES, 1964/2000, p. 236;237)

De fato, tendo participado da elaboração do PSI ativamente, Conceição Tavares admite, anos mais tarde, revisões mais substanciais no modelo concebido inicialmente. Os determinantes oriundos dos estrangulamentos externos foram considerados menos relevantes e um peso maior foi conferido à dinâmica endógena da acumulação de capital. Textos escritos pela autora no fim da década de 60 apresentam a visão de que as economias da América Latina, em especial a brasileira, apresentavam uma tendência à estagnação. Esta, associada ao fim do dinamismo do processo de substituição de importações, decorreria da incompatibilidade entre o padrão de distribuição de renda (o que limitava o tamanho do mercado) e as tecnologias usadas (por exigirem grandes escalas de produção, enorme aporte de capital e pouca utilização de mão-de-obra não qualificada), favorecendo, portanto, concentração da renda.

Outro autor a desenvolver estudos envolvendo o Processo de Substituição de Importações foi PINTO (1976). Ao detalhar o conceito de heterogeneidade estrutural, ele diz que:

O desenvolvimento da industrialização, entendida em seu sentido mais lato, isto é, compreendendo todas as atividades complementares, modifica sensivelmente e em diversos graus esse quadro mais ou menos simples e pronunciado de heterogeneidade estrutural. Em essência, e para não repetir análises já conhecidas, a chamada diversificação "para dentro" leva ao aparecimento e fortalecimento de um setor não exportador, "modernizado" e "capitalista", com níveis de produtividade substancialmente superiores à média do sistema e semelhantes (pelo menos em termos de preços nacionais) aos do complexo exportador. (PINTO, 1976/2000, p. 570:571)

PINTO (1976) incorpora, na mesma explicação, a estrutura produtiva, a distribuição de renda e os padrões de consumo. Enfatiza que os setores modernos da economia (como um mecanismo de defesa do capital, dentro dos países subdesenvolvidos), por serem mais produtivos, apropriam-se de parte substancial da renda disponível para o consumo, ao mesmo tempo em que tem como alvo justamente as camadas de altas rendas, focados no atendimento de um padrão de consumo que foge do nível médio de renda da população. Ao atender ao contingente que está no topo da pirâmide, reproduzem estruturas de produção (no corpo da grande estrutura) semelhantes às encontradas em países desenvolvidos.

Dessa forma, a distribuição de renda não pode compatibilizar a estrutura produtiva com a composição da demanda. Ao contrário, é a configuração do aparato industrial que projeta por sobre a economia uma distribuição concentrada de renda, conveniente à conformação de um mercado para seus produtos. Ainda acompanhando o raciocínio de PINTO (1976), não caberia a modificação no perfil da demanda numa estratégia redistributiva, mas a alteração na própria estrutura produtiva, quebrando, aos poucos, a acentuada heterogeneidade estrutural do sistema. Por meio da política econômica, na qual aumentos de produtividade, aos poucos, poderiam adentrar nos segmentos mais atrasados (e vinculados à massa populacional com baixos níveis de renda), seria possível criar uma economia de massas, para uma massa efetivamente existente, a fim de permitir crescimento.

Porém, PINTO (1976) alertou para as condições de heterogeneidade no Brasil, de forma que esse crescimento acentuaria tendências à exclusão social, não à inclusão pelo consumo popular, pois simplesmente reproduziria um modelo produtivo de países com renda média muito superior à brasileira. Neles, diferentemente das características da sociedade brasileira, o contingente de da população apto para a compra de bens de consumo é substancial e remonta de uma estratégia política voltada para a criação de renda para consumo.

Outra característica da explicação montada a partir da visão de heterogeneidade estrutural de PINTO (1976) é a preferência pelo corte analítico, que confronta elevados níveis

de produtividade contra atrasados (ou que operam com baixa produtividade) por trazer os diversos fatores da produção consigo. Os trabalhadores da indústria moderna ou do setor financeiro de ponta estariam situados no estrato moderno da economia. Segundo esse autor, não estariam eliminados os conflitos de classe no interior de cada unidade produtiva, porém, o principal não seria a apropriação dos ganhos da maior produtividade do capital ou do trabalho no interior de cada unidade, mas a diferença que separa os sub-setores que absorvem ou não os ganhos do progresso técnico. Os trabalhadores de uma indústria moderna também usufruiriam de sua situação privilegiada, embora seus patrões pudessem contabilizar os maiores benefícios.

PINTO (1976) considera que o corte entre setores “avançados” e “subdesenvolvidos” daria margem à configuração de duas pirâmides distributivas: uma, englobando a população envolvida nos setores “avançados” seria mais aberta, refletindo o peso maior dos setores médios; outra, representando os “atrasados”, mostraria uma concentração de renda maior e um forte peso de trabalhadores na “base”. Outros cortes como capital e trabalho, propriedade nacional e estrangeira, e desigualdades regionais, embora considerados importantes, mesclam-se ao fundamental, subordinando-se a ele, gerando explicações parciais e complementares.

Buscando fechar um raciocínio capaz de englobar o pensamento dos três autores da corrente de pensamento cepalina e para efeito de interpretação do que se segue entre o início de PSI e seu desenrolar, no modelo de desenvolvimento que se esboçava no seu segundo momento, Estado e capital estrangeiro seriam os principais agentes, associados a novas formas de acumulação de capital, mais propriamente financeiras. O quadro anterior ao da implantação do PSI, no qual havia um setor atrasado voltado ao mercado interno e um mais dinâmico ligado às exportações, também foi modificado. Não que o progresso técnico se generalizasse por todo o sistema, mas houve uma integração mais global do sistema pela penetração dos meios de transporte e comunicação.

A heterogeneidade, porém, não foi eliminada, mas continuou se aprofundando com uma contínua alteração de quais atividades acompanhariam a modernização. A expansão não extinguiu as atividades tradicionais, nem absorveu a mão-de-obra delas proveniente. Ao invés disso, acentuou-se a exclusão social.

Na renda pessoal ocorreu uma tendência a permanente redistribuição ou reconcentração, através da qual se compatibilizou a geração de excedente necessário e a expansão dos mercados. Isso se manifestou, por exemplo, na abertura do leque de salários.

Assim, considerando todo o pensamento que deu sustentação à teoria cepalina de desenvolvimento no pós Segunda Guerra Mundial até o início da década de 90, pode-se concluir que o período do crescimento “para fora” manteve seu aspecto dual nas economias

Latino Americanas: de um lado, um setor exportador de alta rentabilidade e, de outro, um setor voltado ao mercado interno de baixa produtividade, satisfazendo, apenas em parte, as necessidades básicas - que dependiam também de elevadas importações.

Como característica predominante desse modelo de desenvolvimento, houve a perda de dinamismo do setor externo e, na medida em que o processo de substituição de importações se desenvolvia, surgiam problemas de natureza externa e interna de efeitos diferentes entre os países da América Latina, dado às distintas políticas econômicas adotadas em cada um deles, o histórico e o estágio de suas respectivas revoluções capitalistas. Importante ressaltar que, simultaneamente, havia países que passavam por revoluções nacionais e industriais, enquanto que outros continuavam países primário-exportadores e dependentes.

Consumo e consumidor de periferia: a sina da dependência

É sabido que, sem redistribuição de renda e de riqueza, acentua-se a tendência de perpetuação dos problemas sociais. Portanto, apesar da solução dos males dos países subdesenvolvidos não poder ser pautada apenas pela distribuição de renda - ou a sua concentração - não se pode relegá-la a um segundo plano.

O modelo de desenvolvimento adotado na América Latina (modelo de substituição de importações) foi marcado por aquilo que FURTADO (1992) chamou de “mito do desenvolvimento”. Nas palavras de FURTADO (1974, p. 27), “a chamada ‘substituição de importações’ (...) tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital”.

De acordo com suas ideias, não haveria possibilidade do desenvolvimento econômico ser universalizado, tal como é praticado pelos países que lideraram a revolução industrial. Para o autor, pretender que o padrão de consumo dos países ricos fosse acessível às grandes massas de população dos países subdesenvolvidos teve como consequências, além da disseminação do desejo consumista na consciência da humanidade, o agravamento da concentração de renda e da riqueza já existente e o inevitável dualismo social: incluídos, excluídos.

Da mesma forma que a reprodução de um modelo econômico em diferentes condições sociais representa uma série de problemas de adaptação, FURTADO (2001) preconiza que há que se reconsiderar a dita modernidade que dissemina o desejo de imitação pura e simples. Ícones exóticos adotados junto com modelos econômicos se conformam em uma espécie de catapulta para o mimetismo cultural, modelo ilusório a que se submetem as nações

subdesenvolvidas quando abandonam características originais de sua cultura por outra forma de identidade social. Em face disso, o autor defende a necessidade do encontro com a “própria identidade” a fim de que se supere o dualismo econômico e social que marca o Brasil, podendo assim ser concebido o desenvolvimento que será posto ao alcance de todos.

Em interpretação sobre o mesmo assunto, SAMPAIO (2007) afirma que os progressos tecnológicos nas áreas de comunicação e transporte exacerbaram o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento difundidos do centro hegemônico.

Os autores alinham-se não só em sua descrição sobre os efeitos da dependência cultural, mas também na difusão desigual da tecnologia e na dependência financeira, compondo esses três aspectos as principais características da nova dependência, e a consequente continuidade da concentração de renda e exclusão social.

Encontra-se, assim, no centro da análise do dualismo social (ou da sua exclusão) a *mimesis* na dinâmica econômica. Ao assumir que os países desenvolvidos são efetivamente modelos a serem imitados, não se perde somente identidade e cultura, mas também a independência para se pensar em modelos de desenvolvimento factíveis para as culturas locais, nos limites da sua história, população, geografia, costumes, características etnográficas e assim por diante.

O desejo mimético (como foi esclarecido no histórico sobre o consumo) está no centro do mito de um progresso que poderia ser alcançado em etapas. A esperança de obter algo que pertence ao outro é tal qual a mercadoria fetichizada: uma espécie de utopia que aliena a sociedade da sua ontologia, afastando-a de sua essência e do reconhecimento do que lhe pertence, seja o fruto do seu trabalho, seja sua cultura.

Na dinâmica do progresso, os benefícios dos novos conhecimentos só podem ser estendidos gradualmente, “mesmo que a grande maioria tenha desejos pelo objeto que ainda só é acessível a uns poucos”, segundo HAYEK (1983). Imitando o desejo de consumo da elite, essa maioria desprovida de renda compatível com esses anseios deseja também consumir as novidades desse progresso.

Para LIPOVETSKY, G. ROUX, E (2005),

Não está tão longe o tempo em que o consumo e os estilos de vida eram orquestrados pela oposição dos “gostos de luxo” em vigor nas classes ricas e dos “gostos de necessidade” característicos das classes populares. A umas o refinamento e a distância dos simples prazeres dos sentidos, os emblemas eletivos, o delicado e a preocupação com as formas; às outras, práticas que

excluem as gratuidades e as “maneiras” transfigurando as imposições objetivas e levando a escolher sistematicamente o prático, o simples, o necessário. Esse fechamento do universo dos possíveis concretizava-se geralmente entre a plebe, pela ideia: “luxo não é para nós” Mas o que resta desse *ethos* hoje? LIPOVETSKY, G. ROUX, E (2005, p. 56:57)

HAYEK (1983) teria uma resposta plausível com seu raciocínio sobre o assunto: “os luxos de hoje são as necessidades de amanhã”. Aqui há uma sutil passagem de desejo para necessidade, pois para HAYEK (1983) o luxo é inacessível e o necessário é “preciso” - o esforço para conquistá-lo seria então “uma questão de sobrevivência”. Segundo esse autor, a falta da garantia de resultados positivos, ou, mais ainda, a impossibilidade de que todos obtenham resultados positivos é uma decorrência lógica da estrutura da própria dinâmica da economia moderna, na qual o desejo mimético consiste em desejar não um objeto pelo que ele é, mas pelo fato de que outro deseja. Sendo assim, o objeto desejado por ambos é sempre escasso em relação aos sujeitos de desejo. E porque é escasso é objeto de desejo. A rivalidade entre os dois sujeitos que desejam o mesmo objeto é a concorrência – o que para os neoliberais seria chamada de progresso.

A conclusão de HAYEK (1983) é que, mesmo aqueles que estão integrados no mercado com alto poder aquisitivo vivem uma eterna insatisfação porque o seu modelo de desejo está sempre inovando no seu consumo - o que os leva sempre a correr atrás de mais consumo, numa eterna jornada para tentar satisfazer de modo pleno e definitivo todos os desejos. O problema levantado pelo autor é a impossibilidade disso acontecer, seja por causa da escassez dos bens materiais, do limite dos recursos naturais e do limite ecológico, seja porque o objeto é desejado exatamente porque é escasso.

Em outra linha de raciocínio, retoma-se LIPOVETSKY, G. ROUX, E (2005) com seu conceito de subjetivação e democratização da relação com o luxo como transformações naturais da “era do consumo” as “categorias sociais médias ou modestas” querem romper a banalidade de seu cotidiano vivendo “experiências inéditas”, como se fizessem um personagem:

Eles brincam de ser ricos, apenas se divertem, por um tempo limitado, em mudar de “papel”, em revestir-se de novas aparências. Às competições estatutárias sucede um consumo distanciado, lúdico, sem desafio nem real aposta simbólica. Não resta mais que uma participação de segundo grau em um universo que, sem ser de “nosso mundo”, já não é completamente estranho. *Mimicry* (imitação) destronou *agôn* (luta). LIPOVETSKY, G. ROUX, E (2005, p.58)

De uma forma ou de outra, assume-se a lógica do mercado como algo onipotente, capaz de produzir resultados supra-humanos e contra a qual não é possível ou inútil opor resistência. Esta onipotência, que consiste em colocar a lógica da acumulação capitalista e a sua racionalidade restrita ao cálculo do custo e benefício acima da reprodução da vida humana, parece representar a fuga de reflexões mais profundas e verdadeiramente necessárias para o homem. A primazia da aparência do “objeto sociedade” prevalece sobre qualquer elaboração a respeito de sua essência (ou sobrevivência) no meio ambiente que possibilita a vida humana.

FURTADO propõe que busquemos uma concepção de desenvolvimento sem o mimetismo que gerou o dualismo e crises sociais. Em direção oposta, HAYEK defende a lógica do desejo mimético como o eixo central e propulsor do progresso econômico.

FURTADO critica o dualismo social, enquanto que, para HAYEK ele é uma necessidade lógica da dinâmica do progresso. FURTADO busca a satisfação das necessidades básicas de toda população, LIPOVETSKY mostra a sociedade da satisfação de desejos emocionais, numa esfera individual, pelo simples prazer imediatista e hedonista, como se fosse um estado de direito.

Os três autores representam posturas opostas. Porém, independente de suas interpretações da realidade ou de concordar ou não com suas versões, o que explica a manutenção do modelo de desenvolvimento baseado em mimetismo, imitação e importação de cultura senão o interesse de uma minoria em manter seu *status quo*?

Ou ainda, seria a alienação completa e irrestrita de toda uma sociedade a respeito do que se passa à sua volta, e do quanto sua subjetividade é transformada em racionalidade a serviço do mesmo capital que acena com promessas de luxúria e prazer, que na verdade são acessíveis para poucos? A quem interessa o pensamento homogêneo que acentua cada vez mais a heterogenia de classes sem que elas a percebam, ou se importem, ou percebam, mas sintam-se incapazes de interferir?

CONCLUSÃO

A tendência à adoção de um estilo de vida globalizado e amplamente difundido pelos meios de comunicação não é exatamente um fato inédito. A novidade talvez fique por conta da imprevisibilidade que a tecnologia confere à velocidade na difusão dessa pseudo-hegemonia.

O padrão de desenvolvimento e cultura central se expandindo, ganhando novos mercados, conquistando fronteiras que não são apenas físicas, se “apoderando” de identidades

locais para formar uma grande “aldeia global” é, sem dúvida, a grande manifestação do mimetismo cultural que ocorre com a adoção de um modelo de consumo externo.

Portanto, pode-se concluir que, observado como fenômeno social e econômico, o consumo tem muitas faces. Pode ser contraditório e ambíguo. Liberta e explora. Empodera e manipula. Oferece oportunidade de expressão e suprime a identidade. Enfim, são muitas as suas interpretações, sob diferentes perspectivas teóricas.

Mas, em qualquer uma delas, é possível ver dois tipos de impactos distintos na ocorrência da expansão da sociedade do consumo: desintegração social e política ou emancipação do cidadão por sua participação na esfera pública. Esse raciocínio é o que propicia uma melhor compreensão sobre os fundamentos da Teoria de Substituição de Importações, bem como às conclusões a que se chegou ao utilizá-la como pano de fundo para o entendimento da mimetização cultural como fenômeno histórico.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CARLEIAL, L. *Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino americano*. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 126-157, 2010.

FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *O Capitalismo Global*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento*. In: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

GUNDER FRANK, A. *Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano*, In Urbanização e subdesenvolvimento, 1973.

HAYEK, F. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Visão, 1983.

HARVEY, D. *A condição da pós-modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LIPOVETSKY, G. ROUX, E. *O Luxo Eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PINTO, A. *Heterogeneidade estrutural da América Latina*. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal (2000). Vol. 2.

PREBISCH, R. *Desenvolvimento Econômico da A. Latina*. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal (2000) Vol. 1.

RETONDAR, A. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2007.

SAMPAIO, P. *Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro*. En publicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2007.

TAVARES, M. *O processo de substituição das Importações*. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal (2000). Vol. 1.